

Estados Unidos e o ensino superior brasileiro na ditadura militar

The United States and Brazilian higher education during the military dictatorship

Cecília Brancher¹

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP/FFLCH
São Paulo, SP, 05508-000, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o papel desempenhado pelos Estados Unidos, sobretudo através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), na reconfiguração do ensino superior brasileiro durante a ditadura militar, especialmente entre 1964 e 1968. Ainda que os primeiros convênios e programas firmados entre universidades brasileiras e estadunidenses tenham ocorrido em meados da década de 1940, é principalmente a partir da fundação da Aliança Para o Progresso, em 1961, que os Estados Unidos organizam de maneira sistemática, com notável volume de recursos e assessores técnicos envolvidos, sua intervenção na política educacional brasileira, um dos setores considerados estratégicos para a manutenção de sua hegemonia sobre os países da América Latina, em especial o Brasil.

Palavras-chave: ditadura militar; ensino superior; universidade; USAID; Aliança para o Progresso.

Abstract: This paper aims to analyze the role played by the United States, especially by the United States Agency for International Development (USAID), in reconfiguring the Brazilian higher education system during the military dictatorship, specifically between the years 1964 and 1968. Even though the first agreements and programs signed between Brazilian and American universities took place in the mid-1940s, it is mainly from the founding of the Alliance for Progress, in 1961, that the United States systematically organized, using a notable amount of resources and technical advisors involved, its intervention in Brazilian higher education policy, one of the strategic sectors to maintain its hegemony over Latin American countries, especially Brazil.

Keywords: military dictatorship; higher education system; university; USAID; Alliance for Progress.

1. Introdução

A década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por grande efervescência política, cultural e social. O ensino superior à época não estava à altura da demanda

¹ Cecília Brancher é mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS-USP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina e licenciada em História pela Uninter, atuou na Comissão da Memória e Verdade da UFSC e possui experiência nas áreas de história contemporânea e história política brasileira. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9408-3887>. E-mail: cecilia.brancher@usp.br.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

por acesso, sobretudo entre os estratos médios da população das cidades, nem de uma economia em incipiente processo de industrialização. O que havia era uma série de escolas de ensino superior isoladas, elitizadas e concentradas em poucas regiões, e mais um par de universidades que não passavam de conglomerados destas escolas, muitas vezes separadas fisicamente nas cidades e pouco integradas em termos educacionais, institucionais e administrativos. Havia grande interesse e demanda pela modernização do ensino, ainda que com concepções um pouco distintas. De um lado, uma concepção de universidade modernizada com caráter mais democrático, amplo e inovador, expressa sobretudo pelos criadores da Universidade de Brasília e pelos professores envolvidos na Campanha de Defesa da Escola Pública², como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Álvaro Vieira Pinto, e outros. De outro, a perspectiva nacional-desenvolvimentista dominante no governo de Juscelino Kubitschek, em que a superação do “atraso educacional” poderia contribuir para o “desenvolvimento”, que tinha no capital estrangeiro seu elemento dinamizador e propulsor. Havia, ainda, um movimento estudantil cada vez mais avolumado, que se organizava em suas entidades representativas e se somava ao coro das lutas pelas reformas de base³ e, neste caso mais específico, da reforma universitária.

A ditadura militar enterrou as perspectivas de que a modernização da universidade brasileira se desse por vias populares, ou pelo menos mais democráticas. Mas os militares e os organismos da sociedade civil que deram sustentação política e ideológica ao golpe, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês, fundado em 1962) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad, fundado em 1959)⁴, não descartaram a necessidade da modernização do ensino superior *per se*, pois havia o entendimento comum entre a cúpula militar de que era necessária a formação de mão de

² Em 1959 foi redigido o Manifesto dos Educadores, documento que se opunha à política de caráter privatista para a educação, lançada por Carlos Lacerda e Perilo Teixeira, da União Democrática Nacional (UDN). O documento foi redigido por Fernando de Azevedo, um dos fundadores da USP e também catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da universidade, e assinado por diversos intelectuais, escritores e pesquisadores. Cunha (2007a, p. 105-106) considera o manifesto como o início da Campanha em Defesa da Escola Pública, “um grande movimento de mobilização, predominantemente paulista, com o apoio aberto e intenso do jornal *O Estado de S. Paulo*”.

³ As reformas de base foram um conjunto de reformas estruturais (agrária, fiscal, educacional, universitária, urbana, etc.) defendidas pelos movimentos populares no período do governo João Goulart. “Só à medida que avança a luta política, e se define mais nitidamente como luta de libertação nacional, e inclui a luta pelas reformas de base como estágio da luta de libertação nacional, vai descobrir-se a reforma universitária como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo.” (UNE apud Fávero, 2009)

⁴ Segundo René Armand Dreifuss (1981), o Ipês/Ibad, organizações influentes na campanha anti-Goulart, conformava um complexo agremiador da elite orgânica para defender seus interesses de classe e servir como articulador ideológico de ações favoráveis à intervenção militar.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

obra técnica e qualificada para forjar o modelo de capitalismo que se pretendia à época, diga-se de passagem, subordinado ao capital financeiro internacional e às grandes multinacionais estrangeiras. Então, ao invés de engavetar a perspectiva de uma reforma do ensino superior, os militares tomaram o controle do processo e operaram à sua maneira um processo de modernização conservadora, que teve na Lei 5.540/1968, a chamada Lei da Reforma Universitária, seu ponto culminante. Para o historiador Roberto Patto Sá Motta (2014, p. 80), o que os militares desejavam era adaptar a fórmula da UnB às outras universidades, mas sem a presença da esquerda.

A atuação dos Estados Unidos para que o movimento golpista contra o governo João Goulart fosse bem-sucedido já é bastante documentada e estudada. Entretanto, desde o início da Guerra Fria, e sobretudo após a Revolução Cubana, os Estados Unidos passaram a direcionar uma parcela de seus recursos e esforços políticos para assegurar sua hegemonia sobre o continente americano. Parte desta estratégia envolvia favorecer políticas de modernização, de caráter reacionário e controlado, do capitalismo latino-americano. Nesse sentido, áreas como agricultura e educação passaram a ser consideradas chaves no processo de expansão do capital estadunidense para os países do chamado "terceiro mundo", conforme explicitado em documentos apresentados neste artigo. Em análises de agentes do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o arcaísmo e a miséria presentes na América Latina poderiam ser a porta de entrada para sublevações de caráter socialista, e seria imperativo que a região estivesse alinhada aos países capitalistas.

Assim, a orientação da modernização educacional e agrícola - no sentido contrário daquilo que era defendido pelos movimentos em defesa das reformas de base - esteve acompanhada do surgimento de um grande número de programas e convênios internacionais para assistência técnica e ajuda financeira, e de um aparato ideológico reacionário que teve ampla aceitação entre a academia brasileira e os formuladores da política nacional, como o evolucionismo de Walt Whitman Rostow⁵

⁵ Rostow foi um economista estadunidense, conselheiro do Departamento de Estado dos Estados Unidos e Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional durante os governos de John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969). Possivelmente foi um dos intelectuais de maior influência para a disseminação do desenvolvimento como ideologia e política de Estado. Rostow foi autor de diversos livros, com destaque para a obra *“Etapas do desenvolvimento econômico”*. Neste livro, define uma sequência de estágios de desenvolvimento pelos quais os países ditos subdesenvolvidos poderiam transitar de maneira ascendente quando dirigidos por governos “capazes” (Rostow, 1971). Para Ribeiro, a ideologia do desenvolvimento propugnada por Rostow foi vitoriosa, uma vez que logrou consagrar o “desenvolvimento” como meta para os países pobres (Ribeiro, 2007).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

e a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz⁶. Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar o papel desempenhado pelos Estados Unidos, sobretudo através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), na reconfiguração do ensino superior brasileiro nos anos iniciais da ditadura militar (1964-1968).

2. A Aliança para o Progresso e a fundação da USAID

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos orientaram sua política externa de modo a intervir nos países, em maior ou menor grau, para a definição de políticas públicas e programas para áreas estratégicas, tais como educação, saúde, agricultura, indústria, segurança e defesa etc. Essa intervenção capilarizada e diversificada se deu via organismos oficiais do Estado norte-americano, e também por meio da penetração do capital financeiro internacional via fusões, aquisições, investimentos diretos, abertura de empresas e outras modalidades de inserção econômica internacional.

Em relação à educação brasileira, o envolvimento dos Estados Unidos iniciou nesse mesmo período, através de ações de caráter ainda atomizado e espontâneo. De acordo com Luiz Antônio Cunha (2007, p. 155), essa era a característica das ações dos Estados Unidos para o Brasil nas duas décadas que antecederam o golpe de 1964, “pois se exercia principalmente pela ação, no Brasil, dos bolsistas retornados e dos diversos, mas desarticulados contratos de assistência técnica e financeira do Ponto IV⁷”. Além da ação dos bolsistas e do estabelecimento de convênios bilaterais, data deste mesmo período a ação de um órgão, que era responsável por administrar os projetos vinculados ao Ponto IV, chamado *International Cooperation Administration (ICA)* [Administração de Cooperação Internacional], futuramente substituído pela *United States Agency for International Development* [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional], a USAID.

⁶ A Teoria do Capital Humano foi desenvolvida na década de 1950 por Theodore Schultz, professor de Economia na Escola de Chicago, e tem como fundamento a vinculação entre a produtividade do trabalhador (fator humano) às oportunidades educacionais que ele recebe, bem como ao seu autodesenvolvimento e busca autônoma por educar-se e evoluir em suas “aptidões”. Dessa forma, Schultz defende a subordinação dos investimentos e oportunidades educacionais aos critérios e interesses econômicos, pois a educação geraria ganhos de produtividade (Schultz, 1973).

⁷ O Ponto IV, implementado durante o mandato de Harry Truman, consistia na criação de um Programa de Cooperação Técnica, que tinha como objetivo financiar programas de assistência técnica para países considerados “subdesenvolvidos”. Na prática, contribuía também para propagar ideias anticomunistas e apologéticas da teoria do desenvolvimento apregoada pelos EUA na Guerra Fria.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Em 1961, durante conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi assinado o Tratado de fundação da Aliança para o Progresso, que consistia na elaboração de programas de assistência ao desenvolvimento para países latino-americanos, para os quais o governo Kennedy esperava empregar cerca de 20 bilhões de dólares em dez anos. De acordo com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon (1962), a ALPRO tinha como objetivo o “[...] fortalecimento de laços econômicos dentro da América Latina, por meio de zonas de comércio livre e mercados comuns e por meio de cooperação fortalecida na ciência, nas pesquisas e na educação especializada”.

Para criar subsídios legais e políticos para a operação da ALPRO, o Congresso dos Estados Unidos aprovou, no mesmo ano, o *Foreign Assistance Act* [Lei de Assistência Externa], que reorganizou os programas de assistência internacional na perspectiva das intenções da Aliança para o Progresso⁸. A partir da implementação dessa lei, os Estados Unidos passaram a ter a incumbência de prover fundos e assistência técnica ao desenvolvimento de países subdesenvolvidos, por meio de programas que facilitassem o “acesso a mercados de capitais privados, investimentos e recursos técnicos, seja diretamente por meio de programas de garantia [...] ou indiretamente por meio de capital exigível fornecido às instituições financeiras internacionais” (Estados Unidos, 1961). O braço operacional da ALPRO foi a USAID, agência destinada exclusivamente para este fim e instalada no Brasil em 1962.

3. A política dos Estados Unidos para o ensino superior brasileiro após o golpe de 1964

As conspirações golpistas da embaixada dos Estados Unidos no Brasil tomaram corpo após a vitória da Revolução Cubana, em 1959, que motivou o Departamento de Estado a operar uma guinada agressiva da política externa do país para toda a América Latina. A regulamentação, em 1964, da Lei da Remessa de Lucros, nº 4.131/1962, que limitava em 10% a remessa de lucros de empresas estrangeiras com capital investido no Brasil, foi um dos acontecimentos que levaram ao acirramento das tensões entre os governos. Este já é um tema bem documentado, mas é relevante ressaltar que o embaixador Lincoln Gordon moveu esforços de grande monta para a desestabilização

⁸ A lei foi utilizada também para justificar a ampliação do embargo à Cuba.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

do governo de João Goulart, sendo um dos principais conspiradores da Operação Brother Sam⁹ (Telegram..., 1964). Não surpreende, por exemplo, que a vitória do golpe militar e a instituição da Junta Militar ainda antes da escolha de Castello Branco como presidente foi prontamente reconhecida pelo governo dos Estados Unidos (The new president..., 1964).

Maurício Tragtenberg (1979, p. 37) analisa que programas de ajuda externa desse tipo complementam um processo de instrumentalização da ciência a favor da ordem e da dominação imperialista. O autor demonstra como, especialmente a partir da viagem de Richard Nixon à América Latina em 1958 e a vitória da Revolução Cubana em 1959, o número de programas de estudos sobre a América Latina em universidades dos EUA passou de 60 para 310 em menos de sete anos. Os chamados “programas de estudos latino-americanos” instrumentalizam o conhecimento e a ciência de forma a subsidiar as políticas de intervenção, via USAID e outras agências, e de promoção da desestabilização de governos, como o de João Goulart, a partir de incentivos e financiamento para a criação de centros de difusão de propaganda anticomunista e núcleos de conspiração golpistas como o complexo Ipês/Ibad (Tragtenberg, 1979, p. 29-30).

O autor defende, ainda, que o discurso tecnocrático, que ganhou corações e mentes nesse período, advogava em favor da separação entre teoria e prática, política e ciência, meios e fins do conhecimento, promovendo o envolvimento de universitários e intelectuais em ações intervencionistas e imperialistas. Estas ações eram instrumentalizadas pelo Estado americano e pelas fundações privadas ligadas às grandes multinacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento de foguetes balísticos intercontinentais e bombas nucleares e também a produção de ciência social que contribuía para a difusão da Doutrina de Segurança Nacional, do evolucionismo ou da Teoria do Capital Humano.

Assim como o Pentágono encarregava o MIT (Massachusetts Institute of Technology) da produção de bombas e armas bacteriológicas, ocorria também a mediação por firmas ou fundações. A automatização dos campos de batalha futuros é elaborada no “campus”, nesse esquema: a Universidade da Califórnia se encarrega de atualizar o esboço de sistemas de radar e armas nucleares. A Universidade de Chicago fornece a Pinochet Milton Friedman e sociólogos. A Universidade de Berkeley fornece aos indonésios, economistas como assessores. A Universidade da Cidade de Nova Iorque aceitou financiamento do Irã para um

⁹ A Operação *Brother Sam* consistiu no envio, orientado pelo embaixador Lincoln Gordon, de uma esquadra dos Estados Unidos ao Brasil no curso do golpe de 1964 para dar apoio aos militares em caso de reação. A frota retornou ao país antes de ancorar no Porto de Santos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

programa ‘cultural e acadêmico’, com a finalidade de espionar as atividades de estudantes iranianos nos EUA (Tragtenberg, 1979, p. 31).

Por sua vez, ao contrário da política externa autônoma de João Goulart, que estabeleceu aproximações com o bloco socialista, a política externa de Castello Branco privilegiava especificamente a intensificação das relações com os Estados Unidos¹⁰ e países europeus. Lincoln Gordon e John W. Tuthill, que o sucedeu no cargo de embaixador dos EUA no Brasil, nutriam relações próximas com o presidente que, ao apostar em uma política exterior pautada pelo alinhamento às potências capitalistas, ganhara a simpatia dos agentes da burocracia estadunidense (Tuthill, 1967). Para Tuthill, Castello Branco havia conduzido o governo brasileiro de forma a apaziguar os conflitos políticos que vigoravam no país antes do golpe, que considerava como “a revolução de 1964” (Tuthill, 1968).

Anualmente, a USAID enviava ao Departamento de Estado memorandos que sistematizavam análises sobre a realidade brasileira, com foco na indústria, desenvolvimento agrário, educação, segurança pública, programas de moradia, transportes etc. Os memorandos traziam também avaliações sobre as perspectivas do governo brasileiro para a estabilização e crescimento econômico do país, metas previstas pela Conferência de Punta del Este. É notável o enfoque dos memorandos em dois setores, considerados pela USAID como os eixos centrais do trabalho na América Latina: a modernização agrícola orientada para a monocultura intensiva, e a modernização educacional, sobretudo da educação básica¹¹.

O enfoque no desenvolvimento agrícola e educacional foi reforçado, durante a Cúpula das Américas realizada em 1967 na cidade de Punta del Este, no Uruguai, pelo então presidente Lyndon B. Johnson, que sinalizou o aumento da assistência direcionada aos países da América Latina para aproximadamente US\$1,5 bilhão para os cinco anos seguintes, destinando praticamente 60% para agricultura e educação. Na avaliação do Departamento de Estado exposta nessa reunião, desde a fundação da ALPRO o investimento havia sido insuficiente (Rusk, 1967).

¹⁰ Como ilustração, a famosa declaração do embaixador brasileiro em Washington, Juraci Magalhães, durante o governo de Castello Branco: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

¹¹ Nesse período, a educação brasileira como um todo era consideravelmente precária e desigual, ainda que não haja grande disponibilidade de dados estatísticos do período. O índice de analfabetismo entre a população adulta chegava a 40% (aproximadamente 15 milhões de pessoas), e a cada 100 crianças que ingressavam na educação básica, 20 concluíam a escola primária, 3 a secundária e apenas 1 o ensino superior (Brasil, 1975, p. 29).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Uma pergunta que pode surgir neste ponto é: por que tamanho interesse dos Estados Unidos no desenvolvimento agrário e educacional brasileiro? Para Tuthill, já então embaixador, o setor agrícola deveria ser a força dinâmica do desenvolvimento brasileiro, papel que havia sido desempenhado pela indústria até meados da década de 1950. Assim, o almejado desenvolvimento agrícola que visava transformar o Brasil em um país com economia de base agroexportadora e não industrial, que requeria capacitação técnica, emprego de mão de obra qualificada, manejo qualificado de maquinário, insumos, conhecimento de solos e variedades agrícolas, entre outros, necessitava para isso ampliar o acesso à educação e melhora nas condições educacionais (Tuthill, 1968, p. 2). A USAID e a ALPRO identificavam que o "atraso educacional" brasileiro, com altíssimos índices de analfabetismo e evasão escolar, além de irrisório acesso ao ensino superior, impossibilitaram o modelo de desenvolvimento pretendido para o capitalismo brasileiro. Importante aqui destacar que este processo tinha como intuito manter o Brasil como um país de capitalismo dependente e, além disso, modernizar o capitalismo brasileiro de forma que mantivesse sua subserviência às potências capitalistas do norte e afastasse o "perigo do comunismo", conforme veremos mais à frente.

Há um documento intitulado "*Can Brazil overcome its educational deficit?*" [o Brasil é capaz de superar o seu déficit educacional?], escrito por Jan Clarke (1966) para a USAID em 1966, que começa com a seguinte questão: "*is this small percentage of high school graduates sufficient for the rapid technological development Brazil must have to survive?*" [essa pequena porcentagem de estudantes graduados no ensino médio é suficiente para o acelerado desenvolvimento tecnológico de que o Brasil necessita para sobreviver?]. Essa pergunta-chave demonstra como a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro estava no radar dos agentes da USAID e da política do Estado norte-americano. De maneira alguma tal afirmação deve ser interpretada como benevolência ou cooperação. Segundo Cunha (2007b, p. 155), até 1963 o alvo do trabalho da USAID era o ensino básico¹², "por ser dirigido diretamente para as massas, que a Aliança para o Progresso queria retirar da influência 'comunista'". Mas conforme mencionamos anteriormente, havia interesses muito claros no desenvolvimento educacional de nível superior, com fins de preparação da mão de obra técnica qualificada para os ramos estratégicos identificados pelos Estados Unidos e os militares brasileiros.

¹² A USAID destinou 65,2 milhões de dólares à educação brasileira entre 1945 e 1966, destes, 57 milhões foram aplicados no ensino primário, 2,2 no ensino secundário e 5,5 no ensino superior (Brasil, 1969).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Afinal, para o Departamento de Estado dos EUA, a baixa oferta de mão de obra era um dos grandes entraves para que o setor agrícola pudesse sobrepujar o segmento industrial, isso se o crescimento do PIB atingisse pelo menos 8% ao ano (Agency for international development, 1966).

A expansão do ensino secundário voltado à formação técnica era identificada pela USAID como uma das prioridades, assim como a formação em ensino superior nas áreas de engenharias, engenharia agrícola, administração e economia (Agency for International Development, 1966, p. 7). Para os diretores da USAID, a produção agrícola brasileira somente aumentaria se houvesse empenho, por parte do governo brasileiro, em incentivar a pesquisa, garantir o abastecimento de fertilizantes, sementes e outros insumos agrícolas, oferecer linhas de crédito rural e estabelecer uma estrutura de preços vinculada à demanda de mercado. Os agentes estadunidenses identificavam que o arcaísmo e a miséria no meio rural serviam como entraves ao crescimento do mercado interno e aumento do emprego, acelerando o êxodo rural, que contribuía para o desvio do capital do campo para a indústria. Para atender aos interesses do Departamento de Estado dos Estados Unidos (Tuthill, 1968, p. 12), seria necessária, então, uma verdadeira “revolução agrícola” (Agency for International Development, 1966).

O papel da USAID envolvia uma série de programas: tradução e distribuição de livros especializados, consultoria de técnicos estadunidenses vinculados à agência para universidades brasileiras, criação de cursos superiores e escolas, cursos de formação para professores e administradores escolares, intercâmbio de professores brasileiros para universidades dos EUA para formações em administração escolar, metodologias etc. Atividades como estas já existiam, e continuaram existindo, na forma de relações bilaterais entre universidades. Mas no período de atuação da USAID, essas formas de intercâmbio e serviços de consultoria ganharam relevância. Esse aspecto das relações bilaterais pode ser explicado, entre outras razões, pela descentralização do ensino superior nos Estados Unidos. Na maioria dos estados da federação, a administração das universidades públicas compete aos estados e não ao governo federal, nem estão as universidades vinculadas às diretrizes de um ministério da educação nacionalizado. Ainda, há um número grande de universidades privadas sem fins lucrativos, mas mesmo assim há verbas públicas destinadas à pesquisa nestas universidades. Então, muitos dos convênios estabelecidos com o Brasil partiam das próprias instituições e de seus departamentos de pesquisa. Como exemplo, podemos citar o Consórcio de Universidades do Meio-Oeste Americano, formado pelas universidades da região do



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

cinturão agrícola, que estabeleceram com as faculdades e escolas de agronomia, ciências agrárias, zootecnia etc., a maior parte dos convênios destinados à modernização agrícola no Brasil.

Há algumas concepções que subjazem a atuação das agências e universidades norte-americanas em suas diversas modalidades que, embora distintas, demonstram unidade ideológica em pontos cruciais para a apreensão deste movimento histórico de aproximação com o Brasil via incentivos para a modernização educacional e agrícola. Uma delas é a concepção utilitarista de educação, que aparece em diversos documentos da USAID (Ellis, 1970; Rogers; Chapetta, 1969; Clarke, 1966), em que se defende o caráter instrumental da educação formal para a preparação da mão de obra. Isto é, com investimento voltado à adequação do ensino e da pesquisa para as necessidades produtivas da região em que a universidade ou escola estão localizadas. Inclusive, com incentivos para que a trilha formativa não necessariamente caminhasse em direção ao ensino superior, mas que já fosse suficientemente técnica e especializada no nível médio, sobretudo em regiões consideradas "atrasadas". A instrumentalização da educação para o setor produtivo é distinta do racionalismo iluminista que está na raiz da fundação das universidades modernas na Europa. Em oposição à educação do Antigo Regime, nas universidades da era moderna a formação humana e a ciência eram tidas como prerrogativas universalizantes (Östling, 2018).

Outro elemento fundamental para captar este movimento é a retórica da educação para o desenvolvimento, alicerçada sobre teóricos já citados, como Rostow e Schultz, que está diretamente relacionada com a instrumentalização da formação educacional. Nesse sentido, a crítica à gratuidade universal do ensino superior público no Brasil está presente em praticamente todos os documentos e relatórios dos consultores da USAID. A maior parte dos consultores alegava que um dos problemas da educação brasileira é que sua organização é injusta, pois quem pode deve pagar para que o ensino seja gratuito somente para aqueles que não podem.

O Departamento de Estado dos EUA acompanhava com atenção a capacidade dos militares em operar a contenção e esmagamento do movimento popular e o comprometimento com as metas econômicas estabelecidas no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964, e no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), de 1967. O objetivo era, assim, dar prioridade à modernização do latifúndio monocultor para o aumento de escala da economia brasileira agroexportadora, através, entre outras coisas, da "revolução educacional", do enxugamento do setor público e das políticas fiscais, e do fortalecimento da iniciativa privada. O governo norte-americano



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

vislumbrava reduzir os investimentos da USAID em infraestrutura geral para direcioná-lo cada vez mais à agricultura e educação¹³, que contavam, para os quadros do governo, com instituições ineficientes e mal preparadas (Tuthill, 1967). A contratação de consultores tinha esse objetivo: atuar nas administrações universitárias e, mais profundamente, na reconfiguração do incipiente sistema de ensino superior. Uma das primeiras contratações de um grupo de consultores voltado especificamente para o trabalho com o ensino superior foi a do *Higher Education Team* (Equipe de Educação Superior), cuja vinda ao Brasil tinha como objetivo “descobrir meios para adequar a assistência ao ensino superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o ensino superior, como já havia para outras áreas” (Cunha, 2007b, p. 156).

De acordo com Cunha (2007b), o grupo de consultores produziu uma análise, posteriormente condensada no *Gardner Report* [Relatório Gardner], que centrava suas conclusões na afirmação de que o ensino superior brasileiro estaria atrasado e inadequado para o passo do desenvolvimento brasileiro. Com o golpe em 1º de abril de 1964, o grupo retornou aos Estados Unidos para concluir seu trabalho.

O diagnóstico revelou um ensino superior inadequado em termos qualitativos e quantitativos. As instituições de ensino superior existentes estariam, com poucas exceções, dessintonizadas com a moderna sociedade brasileira. A não ser no Instituto Tecnológico de Aeronáutica e na recém-inaugurada Universidade de Brasília, os padrões de ensino diferiam muito dos vigentes nos Estados Unidos. Os currículos eram rígidos; a maioria dos professores só dedicava umas poucas horas por semana à universidade; faltavam equipamentos nos laboratórios; as bibliotecas eram pequenas, inadequadas e mal organizadas; os edifícios eram mal utilizados; as condições de ingresso eram tão severas que não se chegava a completar as vagas; a grande maioria dos estudantes só frequentava a universidade uma parte do dia, como se trabalhassem em regime de tempo integral; os livros e outros materiais didáticos eram escassos (Cunha, 2007b, p. 157-158).

As conclusões finais apontavam para a necessidade de reformar o ensino superior brasileiro com assistência da USAID para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os conselhos estaduais e federal de educação. Um aspecto distintivo dos resultados apresentados pela equipe foi a reivindicação da qualificação de dirigentes para a área educacional, especificamente reitores e

¹³ Em um dos memorandos da USAID, de 1967 para o Ano Fiscal de 1969, os empréstimos previstos para a agricultura no Brasil era de 105,2 milhões em 1968 e 123,2 em 1969. Para o setor educacional, as cifras oscilavam entre: 87,6 milhões em 1968 e 81,3 em 1969 (Tuthill, 1967).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

diretores, para que pudessem assumir a reforma do ensino superior na direção do modelo estadunidense (Cunha, 2007b, p. 158). Possivelmente essa avaliação tem como fundo algo que se repetiria em outras análises de consultores da USAID: a baixa eficiência, burocratismo e desorganização do MEC.

4. Os Acordos MEC-USAID

Após o retorno dos consultores, a USAID e os governos Castello Branco e Costa e Silva (1967-1969) firmaram sete acordos, que abrangiam os três níveis educacionais, entre 1965 e 1967¹⁴. Especificamente para o ensino superior foram três os mais importantes, conhecidos como Acordos MEC-USAID, e ganharam ampla repercussão após sucessivas denúncias que partiam sobretudo do movimento estudantil, sobre a ingerência dos Estados Unidos nos rumos da educação brasileira. Entretanto, Roberto Patto Sá Motta faz uma ponderação interessante, sobre a qual já nos referimos, de que os convênios bilaterais entre universidades foram de mais impacto e duração do que os acordos MEC-USAID que, por sua vez, ganharam muito mais repercussão e visibilidade.

Os convênios que beneficiaram a UFV, a UFRGS e a UFC, mais a Esalq/USP, propiciaram milhões de dólares para a montagem de laboratórios, compra de suprimentos e pagamento de pessoal. Tais recursos deram impulso a programas de pesquisa e pós-graduação, e contribuíram para a formação de centenas de pesquisadores.

[...] As principais instituições americanas envolvidas nos projetos da área agrícola criaram também um consórcio para facilitar os trâmites burocráticos no governo de seu país, o Conselho de Universidades dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Rural Brasileiro (*Council of US Universities for Brazilian Rural Development*). Dada a importância do empreendimento agrícola no Meio-Oeste americano, é compreensível o interesse dessas universidades em desenvolver projetos educacionais vinculados à mesma área no Brasil. Elas viam nos acordos a oportunidade de realizar pesquisas agrícolas em regiões de clima tropical e subtropical, e, além disso, uma boa chance para treinar seus quadros e jovens doutores (Motta, 2014, p. 121).

¹⁴ Em relação aos demais setores educacionais, os acordos previam: planejamento para a educação básica e secundária, projeto para melhoria dos cursos de licenciatura oferecidos nas faculdades de filosofia, apoio à educação industrial ou vocacional, voltados aos cursos técnicos de formação de mão de obra para a indústria, e tradução e publicação de livros-texto estadunidenses para os cursos universitários (Motta, 2014, p. 120).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Entre o primeiro acordo, firmado em 23 de junho de 1965¹⁵, e o terceiro, datado de 9 de maio de 1967, foi assinado, em 30 de junho de 1966, um dos acordos mais importantes e de menor repercussão, intitulado: *Assessoria para modernização da Administração Universitária*¹⁶. O Brasil vivia um momento de abertura de novas universidades, passara de 3, em 1944, para 37, em 1966 (Alves, 1968, p. 34), e na perspectiva apresentada logo no preâmbulo do documento, havia um descompasso entre a multiplicação de estabelecimentos e o modelo administrativo existente em relação, sobretudo, às nascentes cidades universitárias, ao planejamento curricular e acadêmico, à administração financeira e aos vestibulares. A perspectiva era de que o convênio atendesse 18 universidades brasileiras, que iniciariam programas de reforma administrativa¹⁷, com participação em seminários para estimular adesão, cursos de curta-duração nos Estados Unidos para funcionários da administração universitária e visita de consultores, para que, até 1970, pelo menos 25% destas universidades tivessem parâmetros de funcionamento considerados adequados (Alves, 1968, p. 34).

O terceiro acordo, intitulado *Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior*, firmado em maio de 1967 e com vigência prevista até 30 de junho de 1969, foi terminado um ano antes do seu prazo, em razão da reorientação estratégica dos trabalhos da agência no Brasil, após a ampla reação estudantil contra a ingerência dos Estados Unidos nas universidades brasileiras (Cunha, 2007b). O convênio tinha como objetivo assessorar a Equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior (EAPES), formada por educadores brasileiros e uma equipe formada por representantes de universidades norte-americanas. A equipe brasileira passou por sucessivas alterações¹⁸, mas a contraparte prontamente escolhida pela USAID foi o Consórcio de Universidades

¹⁵ Este primeiro acordo, que foi praticamente inoperante, estava voltado ao planejamento universitário, culminando na criação da Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES).

¹⁶ O acordo foi assinado entre Raymundo Moniz de Aragão, Ministro da Educação e Cultura do Brasil, Faria Góes, representante do governo brasileiro para Cooperação Técnica, e Harlan Harrison, subdiretor adjunto de Cooperação Técnica da USAID no Brasil.

¹⁷ O caso mais emblemático foi o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, na figura de seu reitor, João David Ferreira Lima, um entusiasta do golpe militar de 1964, recebeu do Ministério da Educação “uma verba específica em favor da UFSC no valor de Cr\$400.000,00, a fim de custear as despesas do Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento em Administração Universitária, a ser por ela oferecido a integrantes de outras universidades brasileiras” (Farines; Tuyama; Auras, 2021, p. 185-186).

¹⁸ Na primeira tentativa, foram nomeados os professores Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Heitor Herrera, João Paulo de Almeida Magalhães, Paulo Accioly de Sá e Rubens D’Almada Horta Porto. Destes, todos se demitiram, com exceção de Rubens Porto que, segundo o Relatório da EAPES, manteve-se a pedido do ministro da Educação e solicitou a nomeação de uma segunda equipe. Em janeiro de 1968, foram nomeados os professores Hermínio Pessoa, José Fernando Domingues Carneiro, Laerte Ramos de Carvalho, Osmar Ferreira e Rubens Porto. O primeiro, se afastou logo depois.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

do Meio-Oeste Americano. As atividades da EAPES foram apresentadas em um relatório intitulado *Acordos, convênios e contratos*, publicado pelo Ministério da Educação em novembro de 1967 (Brasil, 1967).

Que papel deve a Universidade desempenhar no desenvolvimento do País, rompendo aquele “soberbo isolamento” que para ela sonhavam alguns dos eleitos e aristocratas da cultura?

[...] Será a Fundação uma fórmula, mais ou menos mágica, que, com sua varinha de condão, transforme e multiplique a escassez das verbas e das contribuições destinadas ao ensino?

Será ela a libertadora dos grilhões burocráticos, administrativos e políticos, que entravam, segundo muitos, toda a ação verdadeiramente criadora na obra universitária?

Para que a educação represente de fato um elemento propulsor do desenvolvimento econômico, como reagirá em relação a ela o mercado de trabalho, exigindo ou recusando os egressos da escola?

[...] E o grave problema da intercomunicação de Estado, Universidade e Empresa, e o da participação solidária na vida da comunidade? (Brasil, 1969)

Um dos textos do relatório, sem autoria e intitulado *Educação e Desenvolvimento* (Brasil, 1969) serve como bom exemplo da orientação político-ideológica dos agentes envolvidos no trabalho de reforma do ensino superior brasileiro. O autor utiliza, enquanto referências teóricas, figuras como Adam Smith, Rui Barbosa e Alfred Marshall, para a defesa da educação como fator essencial para o “desenvolvimento técnico” e formação de “capital humano”. Segundo Roberto Leher, a Teoria do Capital Humano de Schultz, aliada ao esquema evolucionista de Rostow, era difundida pelos Acordos MEC-USAID, e também pela ALPRO e Escola de Chicago (Leher, 2018). Munidos destes referenciais teóricos, os agentes reformadores defendiam que, de um lado, a universidade era um importante fator para o desenvolvimento¹⁹, de outro, alegavam que as universidades não dispunham de recursos e autonomia para operar sua transformação dentro destes parâmetros, em franca apologia à privatização do ensino (Leher, 2018).

¹⁹ Também para a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que impunha um novo modelo agrícola para o Brasil, baseado na modernização do agronegócio, e requeria um forte e avançado aparato de ciência e tecnologia, bem como a formação de técnicos preparados para este tipo de trabalho, para o que em muito contribuiria a institucionalização da pós-graduação no Brasil na década de 1970 (Leher, 2018. p. 131-132).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O relatório apresenta considerações e “soluções” para diversos dos problemas candentes do ensino superior à época: os excedentes²⁰, vestibulares²¹, expansão de acesso, adoção do regime departamental²², transformação das universidades de autarquias para fundações, remuneração docente, implementação do sistema de créditos etc. Para Cunha (2007b, p. 173), a questão dos excedentes era o “fato conjunturalmente mais importante do campo educacional no Brasil”. John Hunter, um dos estadunidenses que elaborou o relatório, afirma:

Os meses de janeiro e fevereiro no Brasil parecem ser marcados por dois eventos principais: o carnaval e os vestibulares; o primeiro libertando a comunidade de alguns problemas sociais, e o segundo contribuindo com alguns novos, particularmente com aqueles relativos aos excedentes (Brasil, 1969).

Um dos aspectos mais relevantes a se considerar em relação ao relatório é a repercussão política dos Acordos MEC-USAID e da atuação da EAPES. A campanha contrária aos Acordos foi tão grande, sobretudo entre o movimento estudantil, que o governo brasileiro não somente promoveu a alteração de seus conteúdos como cancelou o convênio de 1965, substituindo-o pelo de 1967, que contou com a diminuição do papel estrangeiro. Ao que tudo indica, o nível de desgaste foi tão profundo que o acordo foi terminado em 30 de junho de 1968, antes da data prevista para o seu término. Um memorando enviado ao coordenador da EAPES pelos consultores Hunter e Hoge, em maio de 1968, traz comentários em tom irônico:

Tendo sido o principal alvo da contínua publicidade negativa dada ao MEC-USAID, permitimo-nos uma ou duas palavras sobre o assunto: 1) sentimo-nos muito lisonjeados pelo grau de influência que nos foi atribuído. Se tivéssemos tal poder, isto faria com que nos sentíssemos completamente inadequados para a tarefa e até mesmo atemorizados. 2) uma parte das persistentes críticas foi justa, outra parte simplesmente derivada de informações errôneas, e uma boa parte destinada deliberadamente a dar informações falsas. Com respeito a estas maliciosas informações falsas, pouco se pode fazer, exceto ignorá-las e continuar com o trabalho que se julga importante. 3) O entusiasmo em confeccionar cartazes e pintar

²⁰ Em resumo, os excedentes eram candidatos aprovados nos exames vestibulares que não encontravam vagas nas instituições de nível superior, uma vez que o número de aprovados superava a disponibilidade de vagas. Esse problema tinha origem pelo menos desde a década de 1950. Segundo Katya Braghini (2014), no ano de 1960 foram 29 mil excedentes, número que aumentou para 162 mil em 1969.

²¹ Em geral, os vestibulares eram descentralizados, desenvolvidos e aplicados pelas próprias faculdades. Defendia-se, à época, a unificação dos exames com vistas à racionalização dos custos e realização de uma prova universal sobre conhecimentos adquiridos no ensino secundário (Motta, 2014, p. 253).

²² O sistema departamental era antagônico ao sistema de cátedras vigente até então (em que cada docente era o responsável vitalício de uma cátedra). Segundo Marilena Chaui, a departamentalização foi a reunião, em um mesmo departamento, de disciplinas afins, com menor gasto material e sobrecarga dos docentes (Chauí, 1980).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

paredes sobre o MEC-USAID indica a existência em todo o Brasil de vivo interesse na Educação Superior, e concordamos com essa avaliação da importância do ensino superior. Esperamos que, com a iminente extinção do MEC-USAID, já com data marcada, seja possível reunir todas as forças interessadas na causa comum que é o ensino superior no país, a fim de prosseguir com esta notável tarefa (Brasil, 1969).

Os membros brasileiros, também incomodados com o trabalho dos técnicos usaídianos defenderam:

Verifica-se nesses trabalhos, ao lado do pleno conhecimento dos problemas do ensino superior nos Estados Unidos, grande esforço para conhecer a situação brasileira. Esse esforço, louvável e evidente, não impediu que, em muitos casos, os ilustres técnicos da USAID se mostrassem incapazes de penetrar no mal definido problema universitário em nosso país.

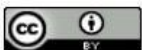
Isso se deveu a vários fatores, que passamos a assinalar:

12.1 – A dificuldade da língua [...].

12.2 – A atmosfera de severa crítica com que o Acordo foi recebido em muitos meios (alguns deles isentos de qualquer errado sentimento de jacobinismo) [...].

12.3 – Um terceiro elemento que dificultou o trabalho dos professores americanos foi o relativo isolamento em que ficaram. Simples visitas a uma dúzia de Universidades e contatos mais ou menos seguidos com uma vintena de professores brasileiros não bastariam, evidentemente, para lhes permitir, apesar da sua competência e boa vontade, uma compreensão mais profunda do complexo e multiforme problema universitário brasileiro (Brasil, 1969).

Não foi apenas o cancelamento do convênio em razão da onda de protestos que representou o desgaste entre as relações. Com o falecimento de Castello Branco, a mudança na presidência do Brasil levou o Departamento de Estado dos EUA a reavaliar a sua atuação no país (Tuthill, 1968). A preocupação do embaixador dos Estados Unidos era que a troca presidencial alterasse as perspectivas econômico-políticas em curso a partir da Conferência de Punta del Este, já que os recursos da USAID se baseavam nos planos econômicos do governo brasileiro que estavam orientados pelas diretrizes da ALPRO. Com receio de que o novo governo parecesse “relutante em tolerar o ‘envolvimento’ dos EUA” ou deixasse o acordo com a USAID “cair em estado de inércia”, Tuthill recomendou a redução da participação norte-americana. Para ele, embora Costa e Silva não aparentasse querer alterar os rumos da política econômica, não havia desencorajado “a emergência de um espírito nacionalista”, ao contrário de seu antecessor que demonstrava grande empenho em fortalecer as relações e o alinhamento com a política dos Estados Unidos (Tuthill, 1967).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

[...] sob o governo Costa e Silva, houve uma mudança sutil, mas perceptível, nas atitudes em relação à assistência externa. Isso é particularmente verdadeiro no que os brasileiros interpretam como interferência estrangeira em áreas domésticas sensíveis, como educação e planejamento familiar. Devemos encontrar formas de nos adaptarmos a este novo ambiente sem abrir mão do nosso objetivo básico de motivar a mudança. Isso exigirá uma abordagem mais sofisticada e indireta, fazendo maior uso das instituições de liderança brasileiras, com menor exposição americana e envolvimento direto. Não prevemos qualquer alteração nos níveis gerais de ajuda como resultado deste fator (com a possível exceção de TC). Está em andamento um estudo especial sobre a melhor forma de adaptar os objetivos e métodos da AID ao novo clima (Tuthill, 1967, p. 2).

Como havia uma avaliação, por parte dos braços do Estado norte-americano na América Latina, de que a presença pública de técnicos vinculados à USAID e funcionários da embaixada e dos consulados havia ganhado muito destaque com a onda de protestos, quadros do *establishment* passaram a defender uma redução da atuação pública dos Estados Unidos. O diplomata Jack B. Kubisch defende, em diálogo com Tuthill, a diminuição da visibilidade e, conseqüentemente, da vulnerabilidade das operações da USAID no Brasil (Kubisch, 1967). O diplomata sugere, ainda, uma forma para que o embaixador comunicasse estas intenções aos representantes do Departamento de Estado, como o Secretário de Estado, Dean Rusk, o Secretário de Defesa, Robert McNamara, o Diretor da USAID, William S. Gaud, o Diretor da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), Leonard H. Marks, e o diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), Richard Helms. Em sua opinião, o embaixador deveria enviar um telegrama confidencial com uma proposta que deveria ser apresentada de forma "cooperativa", aberta à negativa do Departamento de Estado. O sentido da mensagem deveria ser: "temos uma situação nova no Brasil que requer novas táticas" (Kubisch, 1967). Aparentemente o embaixador acatou as sugestões do diplomata, visto que no memorando de 1968 para o ano de 1970, defende que a "recente experiência com o acordo para a educação superior abortado demonstra que esse tipo de programa institucional está repleto de riscos políticos" (Tuthill, 1968, p. 2). Entretanto, é importante salientar que em momento algum os representantes estadunidenses tinham intenção de frear sua intervenção nos rumos políticos e econômicos do Brasil. Pelo contrário, nutriam receio de que o governo brasileiro optasse por não aderir a novos programas e políticas com os EUA para evitar a reação da opinião pública. O embaixador, inclusive, tinha a opinião de que o "antiamericanismo" não seria suficiente para que o Brasil rejeitasse a assistência estadunidense (Tuthill, 1968).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

A USAID acatou a orientação do embaixador Tuthill e reduziu seu número de técnicos, além de direcionar sua estratégia relativa à destinação de recursos para programas e convênios que não necessitassem passar pelo Ministério da Educação brasileiro, considerado instável e excessivamente burocrático²³. Ao invés de enviar mais técnicos ao Brasil, a agência passou a enviar mais brasileiros aos Estados Unidos para programas de treinamento e especialização. Entre 1965 e 1970, concedeu 3.800 bolsas de estudos para brasileiros (Cunha, 2007b). Assim, passou a atuar principalmente como intermediadora das relações e convênios bilaterais entre universidades brasileiras e norte-americanas.

De acordo com levantamento realizado por Motta a partir de relatórios da USAID e do *Government Accountability Office* (GAO), o investimento na área educacional entre 1961 e 1973 chegou a US\$183 milhões (cifra do GAO) e US\$132,5 milhões (cifra da USAID). As discrepâncias entre os montantes estão relacionadas, para Motta, ao fato de o primeiro incluir também os gastos indiretos (Motta, 2014). De acordo com os relatórios da USAID, do total deste valor aproximadamente 30% foram destinado ao ensino superior e o restante para a educação básica, sendo a maior parte destes 30% destinada ao financiamento de bolsistas brasileiros nos EUA, segundo Motta (2014), em torno de 10 mil entre 1950 e 1972. Outras fontes de financiamento foram a OEA, o BID, o Banco Mundial, a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller. Para o historiador (Motta, 2014), o projeto mais bem sucedido foi o convênio entre a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade de Purdue, mediado pela USAID, cujo objetivo foi a criação de cursos de mestrado nas áreas de agricultura, veterinária e economia rural.

5. Considerações finais

No curso da Guerra Fria e com a iminente ameaça colocada pela Revolução Cubana, o Departamento de Estado e o Congresso dos Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso, garantiram que fosse estabelecido um programa abrangente de assistência técnica e financiamento internacional para setores estratégicos, como agricultura, educação, segurança pública, entre outros. Nesse contexto, foram firmados os polêmicos acordos entre o Ministério da Educação e a USAID.

²³ O Programa de Assistência ao País reflete a redução de pessoal de 476 para 246 pessoas no ano fiscal de 1970 (Tuthill, 1968).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conforme apresentado neste artigo, as relações bilaterais entre fundações privadas, universidades e institutos de pesquisa brasileiros e estadunidenses eram anteriores aos acordos e permaneceram vigentes após o seu cancelamento, ainda antes do término previsto.

Após a transição dos governos ditatoriais de Castello Branco e Costa e Silva, houve, conforme demonstrado pelos memorandos oficiais dos Estados Unidos, uma reconfiguração dos programas de assistência técnica e da atividade da embaixada no Brasil. A campanha estudantil contra a ingerência dos Estados Unidos na educação brasileira causou um impacto significativo para a continuidade dos programas e para o trabalho dos consultores no país. Fora isso, as denúncias que chegavam ao exterior, sobretudo após a decretação do AI-5, sobre as práticas de tortura, sequestro, desaparecimento e outras violações aos direitos humanos praticadas pela ditadura militar com a complacência dos representantes estadunidenses no país, levaram o Departamento de Estado a reconsiderar o caráter público e notório da sua política externa para o Brasil e a América Latina. Esse movimento levou à diminuição dos programas e auxílios externos, à redução do número de funcionários no exterior e, fundamentalmente, ao encobrimento do apoio explícito que prestavam ao governo golpista desde 1964.

Alguns dos consultores da USAID, sobretudo professores universitários, não tinham dimensão completa do projeto do governo dos Estados Unidos para a educação brasileira, embora fossem simpáticos às ideias anticomunistas e, muitas vezes, membros dos inúmeros programas de estudos sobre a América Latina em suas universidades de origem. Mas, por meio da leitura dos documentos apresentados neste trabalho, fica evidente que a política do Departamento de Estado dos EUA era coesa, bem definida e estava centrada na modernização do capitalismo brasileiro para suprir as necessidades de importação de matérias-primas agrícolas e minerais, de instalação das subsidiárias das multinacionais estrangeiras e da manutenção do país em sua esfera de influência e domínio.

Embora o desgaste político dos acordos MEC-USAID seja inegável, o governo de Castello Branco foi muito bem-sucedido em dar passos significativos para a reconfiguração do sistema de ensino superior, posteriormente coroada pela Lei 5.540/1968, a reacionária lei da Reforma Universitária, amparada também pelos decretos nº 53/1966, nº 252/1967 e pela Constituição Federal de 1967, que desvinculou a União do compromisso com o financiamento público da educação. A reforma do ensino superior brasileiro a partir de 1968 não foi objeto deste trabalho, mas é importante



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

estabelecer a ligação entre sua implementação e os sucessivos acordos previamente estabelecidos com os Estados Unidos para fins semelhantes.

A repressão sistemática implementada pelos sucessivos governos ditatoriais no Brasil, entre 1964 e 1985, favoreceu uma ofensiva sobre as universidades públicas, seus professores, estudantes e servidores, facilitando o caminho para a reconfiguração do modelo educacional vigente, com amplo direcionamento de verbas para as áreas tecnológicas e agrícolas. Assim, em sentido antagônico à reforma universitária preconizada pelo movimento em defesa das reformas de base durante o governo João Goulart, a ditadura militar fortaleceu seu alinhamento com os Estados Unidos para operar um processo reacionário de modernização do ensino superior, com vistas a atender às necessidades produtivas e de formação de mão de obra.

Referências

Agency for International Development, "Program Memorandum: Brazil (FY 1968-1972), Revised" (1966). **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1167785/>. Acesso em: 14 jul 2024.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/LRjYPXnRxwFHY-wMG6RwzYzd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Acordos, Contratos, Convênios**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1967.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior – EAPES (Acordo MEC-USAID)**. Rio de Janeiro, 1969.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Recuperação de Excedentes 1974/1979**. Brasília: MEC, 1975.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ventos do Progresso: a universidade administrada. In: PRADO JUNIOR, Bento; TRAGTENBERG, Maurício; CHAUÍ, Marilena de Souza; ROMANO, Roberto. **Descaminhos da Educação pós-68**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLARKE, Jan. Brazilian Report: Can Brazil Overcome Its Educational Deficit?. **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library (Repositório Digital Brown University, Estados Unidos). 1966. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1134863/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELLIS. Interim Guidelines for a Sector Approach to Education. **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library. (Repositório Digital Brown University, Estados Unidos). 1970. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161386/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. **Foreign Assistance Act of 1961**. Estados Unidos da América, 4 set. 1961. Disponível em: <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/Foreign%20Assistance%20Act%20Of-%201961.pdf>. Acesso em: 14 jul 2024.

GORDON, Lincoln. **O progresso pela aliança**. Rio de Janeiro: Record, 1962.

FARINES, Jean-Marie; TUYAMA, Laura; AURAS, Marli (org.). **Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar**. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.

KUBISCH, J. B. American Intervention in Brazilian Society. **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library (Repositório Digital Brown University, Estados Unidos). 1967. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1168571/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTTA, Roberto Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ÖSTILING, Johan. **Humboldt and the modern German University**: an intellectual history. Lund: Lund University Press, 2018.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2007. 3 v. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04072008-160534/pt-br.php>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ROGERS; CHAPETTA, Michael. FY to Social and Civic Development Program Suggestions. **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library. (Repositório Digital Brown University, Estados Unidos). 1969. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1161253/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 198 p.

RUSK, Dean. Summit Assessment (1967). **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1162272/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Telegram from the Department of State to the Embassy of Brazil. 31 mar. 1964. National Archives and Records Administration, RG 59, Central Files 1964-66, POL 23-9 BRAZ.

The new President of Brazil, L.B.J. sends warm note to Mazzilli. Congressional Record - Senate, Washington-DC, april 3 1964. In: Brown Digital Repository. Brown University Library (Repositório Digital Brown University, Estados Unidos). 1964. Disponível em: <https://library.brown.edu/create/wecannotremainsilent/wp-content/uploads/sites/43/2020/05/senator-wayne-morse-speech.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. **A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo Gráfica Editora, 1979.

TUTHILL, John W., "Program Memorandum: Brazil (FY 1969 & 1968-1973)" (1967). **Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s**. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1167834/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TUTHILL, John W., "Program Memorandum: Brazil (FY 1970)" (1968). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1167790/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNE. A luta atual pela reforma universitária (Anexo 3). In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Disponível em:



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/a-UNE-em-tempos-de-autoritarismo.pdf>.
Acesso em: 14 jul. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Aprovado em agosto de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 222-244, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263792>